



EQUATORIAL TRANSMISSORA 6 SPE S.A.

CNP.I/MF nº 26.845.173/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Administração da Equatorial Transmissora 6 SPE S/A, "Companhia" ou "SPE") e, em primeiro as disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2022 vivenciamos um ano de muitos desafios, potencializado pelo fato de termos durante o ano inteiro todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revista Tarifária da Eneq aprovada pelo Conselho de Regulação de Energia Elétrica do Estado de São Paulo (CREEE-SP) em 9,4% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1.197 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com o EBITDA Societário consolidado de R\$ 1.811 bilhões, aumento de 98% em relação ao 2º Lucro Líquido de 2021 com os R\$ 349 milhões, uma variação positiva de 100% em relação ao lucro líquido de 2021, com o EBITDA Societário consolidado de R\$ 1.811 bilhões, atingindo a marca R\$ 26 milhões em transmissão e R\$ 103 milhões em renováveis, focados, principalmente, nos termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e energéticas inovadoras. Os resultados de 2022 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2023. Nossa prioridade continua na constante melhoria da qualidade da gestão, com foco em segurança, sempre atentos para a sustentabilidade, com foco em reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora SPE S/A, é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S/A (Equatorial), uma subsidiária integral da Equatorial S.A. (Equatorial), controladora das Equatorial Transmissora e comercialização. A Equatorial Transmissora 6 SPE S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede no

nidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, o acordo com o Edital do Licitatório nº 13/2015-ANELIC (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Emissão-Republicação consistente na: Linha de Transmissão Saneas 3 – Presidente Juscelino Cruz, em 500 kV, circuito simples, tensão nominal de 600 kV, comprimento total de 87 km, sendo que 19 km são de nova obra e os demais serão disponibilizar mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 16 municípios dos Estados de Minas Gerais: Janaúba, Francisco Sá, Montes Claros, Juruatema, Leopoldina, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Governador Valadares, Ilópolis, Uberlândia, Patos de Minas, Lima, Santa Hipólito, Monopolis, Gouveia e Presidente Juscelino. Para o novo ciclo 2022-2023, que teve início em 1º mês de julho de 2022, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 142,15 milhões, atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologadas pela ANEEL. Os investimentos necessários à execução do projeto foram aprovados pelo Conselho Deliberativo de emissão e substituição tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura, pelo prazo máximo de cinco anos, conforme o Art. 2º do Decreto Executivo DFN nº 11.230, de 2017, e não se aplica aos investimentos realizados antes do primeiro dia de vigência da Lei nº 13.303/2016 comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE está com todos os seus ativos em Operação desde 2021, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas até 05 de março de 2021, mas havia pendências impeditivas de terceiros para energização. A pendência foi sanada em maio de 2021 e a linha passou a ser operada normalmente. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2022 totalizam R\$ 5,22 milhões. Os desembolsos foram con-

trados na finalização das contas, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação a Receita Líquida, o total registrado em 2022 foi de R\$ 190,47 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2022, o total de custos e despesas operacionais não gerenciais, incluindo depreciação e amortização de ativos não gerenciais, foi de R\$ 100,07 milhões. **Resultado financeiro não gerencial.** O resultado financeiro não gerencial da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as provisões para contingências, atingiram R\$ 122 milhão. **EBITDA.** Em 2022, o EBITDA Societário atingiu R\$ 164,46 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2022, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 100,07 milhões. **Lucro líquido.** O lucro líquido da Companhia em 2022 foi de R\$ 100,07 milhões, incluindo o atual fiscal dividido em R\$ 29,62 milhões. **Lucro líquido.** Em 2022, a Equatorial Transmissora S/A SPE SA apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 89,00 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2022, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 561,72 milhões. As dívidas da SPE 06 têm 42,4% de juros, sendo 10,3% de juros fixos e 32,1% de juros variáveis. **Ativos e passivos líquidos.** No fechamento de 2022, a SPE 06 possui 11,1 milhões V.V. da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia, José Waldenir Pereira, Leonardo da Silva Lucas e Valério da Lima, Cristiano de Lima Logrado, Altona Cuesta Ferreira, Waldenir Pereira de Oliveira (II) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social final em 31 de dezembro de 2022 e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as cópias expressas e não expressas, de natureza contábil, financeira, fiscal, operacional e de gestão, e de natureza legal, das Demonstrações Independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social final em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva: Joseph Zupercinski Diretor Presidente, Leonardo da Silva Lucas, Valério da Lima – Diretor Presidente, Cristiano de Lima Logrado – Diretor Presidente, Altona Cuesta Ferreira – Diretor, Geovane Ximenes de Lima – Superintendente de Contabilidade e Tributos – Diretor, CRC-PE012998-0-3-S-MA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	48.463	150	Fornecedores		11.706	13.079
Aplicações financeiras	6	59.018	80.665	Empréstimos e financiamentos	9	23.803	6
Contas a receber de clientes		14.979	17.221	Dividendos a pagar	12	7.123	6
Serviços pedidos		3.711	—	Impostos e contribuições a recolher	10	1.277	1.698
Impostos e contribuições a recuperar		403	403	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	10	9.140	2.738
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		10.303	2.755	PIS e COFINS diferidos	11	5.501	—
Adiantamento a fornecedores		3.159	3.101	Encargos selatórios		910	495
Outras contas a receber		1.363	1.347	Outras contas a pagar		1.402	1.459
Ativos de contrato	8	154.684	163.763	Total do passivo circulante		60.962	19.475
Total do ativo circulante		292.743	269.405	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	9	537.921	518.311
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		482	482	PIS e COFINS diferidos	11	127.891	121.359
Outras contas a receber		—	44	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	215.496	153.686
Intangível		1.335	1.381	Outras contas a pagar		1.651	1.651
Ativos de contrato	8	1.131.298	1.070.700	Total do passivo não circulante		882.899	835.006
Total do ativo não circulante		1.133.115	1.072.607	Patrimônio líquido			
Total do ativo		1.425.858	1.342.012	Capital social	13	104.770	104.770
				Reserva de lucros	13	377.227	382.761
				Total do patrimônio líquido		481.997	487.531
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.425.858	1.342.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDEO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 2001 (Em milhares de reais)

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	14	23.609	106.372
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	14	166.867	148.597
Receita operacional líquida		190.476	254.969
Custo dos serviços prestados	15	(24.840)	(166.883)
Lucro bruto		165.636	88.086
Despesas gerais e administrativas	15	(1.180)	(1.935)
Outras despesas operacionais, líquidas		–	(42)
Total de receitas (despesas) operacionais		(1.222)	(1.935)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		164.414	86.151
Receitas financeiras	16	15.184	1.693
Despesas financeiras	16	(60.973)	(45.155)
Resultado financeiro		(45.789)	(43.462)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		118.625	42.689
Imposto de renda e contribuição social - correntes	10	(7.870)	(3.403)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10	(21.751)	(11.087)
Imposto sobre o lucro		(29.621)	(14.490)
Lucro líquido do exercício		89.004	28.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	89.004	28.199
Total de outros resultados abrangentes	89.004	28.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		104.771	–	11.728	336.540	–	–	459.338	28.199
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–
Destinação do lucro:		–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva legal		–	–	1.410	–	–	–	(1.410)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	262	–	–	(262)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	–	(6.691)	–	6.691	–	–
Constituição de reserva para investimento e expansão		–	–	–	–	26.521	–	(26.521)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		104.770	–	19.138	330.411	26.521	6.691	487.531	6.691
Dividendos adicionais propostos 2021		–	–	–	–	–	(6.691)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–
Destinação do lucro:		–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	13.2.a	–	10.612	–	–	–	–	(10.612)	–
Constituição de reserva legal	13.2.b	–	–	1.568	–	–	–	(1.568)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	12	–	–	–	–	–	–	–	(768)
Dividendos intermediários pagos	12	–	–	–	–	(26.521)	–	(54.203)	(80.724)
Dividendos adicionais propostos	13.2.e	–	–	–	–	–	6.385	(6.385)	–
Constituição de reserva para investimento e expansão	13.2.d	–	–	–	–	15.468	–	(15.468)	–
Realização da reserva de lucros a realizar	13.2.c	–	–	–	(6.355)	–	–	–	(6.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		104.770	10.612	20.706	324.056	15.468	6.385	481.997	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

(Valores expressos em milhares de reais)		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)	
		2022	2021
1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora de S.P.E S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissora S.A., empresa do grupo Equatorial Energia S.A., localizada no Brasil, no Distrito Federal, no Sítio Sudoeste, Quadra nº 09, Bloco A, Sudoeste, 1201, Parte B, Centro Empresarial Parque Cidade, São Paulo, CEP 70.306-200. A Companhia tem por objetivo operar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - 2º Etapa-Regulatória, consistente na (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, em 500 kV ¹ , com extensão aproximada de 330 ² quilômetros. A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. ¹ Não audited. 1.1. Contrato de concessão: O Contrato de Concessão nº 014/2017 assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, este belecom reger a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 15 (vinte e um) anos, com início em 09 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do poder concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de fevereiro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. 2. Impactos da Covid-19: A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Desde março de 2020, a Companhia, adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retomado as suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. 3.3. Impactos Frente à Invasão da Ucrânia pelo Rússia: Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa. Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/bbl e US\$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio do dólar frente ao real de aproximadamente R\$ 5,27 por dólar. Em relação a 31 de dezembro de 2021, as ramificações desses eventos impactam as métricas produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Assim, esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados, quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2. Base de preparação e apresen-	Recitas		
	Recita de implementação e melhoria de infraestrutura	19.206	119.493
	Recita de remuneração de ativo de contrato	183.875	163.875
	Recita de operação e manutenção	16.832	977
	Outras recitas	22.040	2.812
		120.000	416.087
	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
	Custos de construção	(472)	(63.672)
	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16)	(533)
	Alíquotas de contrato - período de realização	(2.614)	(26.814)
		(24.140)	(77.300)
	Valor adicionado bruto	195.226	115.515
	Amortização	(46)	(55)
	Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	195.180	115.460
	Valor adicionado recebido em transferência		
	Recitas financeiras	15.924	17.776
		15.924	17.776
	Valor adicionado total a distribuir	211.104	113.236
	Distribuição do valor adicionado		
	Empregados		
	Remuneração direta	2.706	1.863
		2.706	1.863
	Tributos		
	Federais	58.378	37.962
		58.378	37.962
	Remuneração de capitais de terceiros		
	Juros	59.084	40.963
	Aluguéis	43	57
	Outros	6.016	42.121
		61.016	42.121
	Remuneração de capitais próprios		
	Dividendos	61.356	6
	Lucro líquido do período	23.564	28.193
		89.004	28.199
	Valor adicionado	211.104	113.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Atuação das demonstrações contábeis: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma concisa nos manuais de procedimentos contábeis emitidos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as normas técnicas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC/Nº 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações contábeis utilizadas para o cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) devido pela Administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contábeis no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e das normas definidas pela ANEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

Bases de medição: Os dados financeiros apresentados nas demonstrações contábeis foram preparados com base no histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por preço recebido, quando requerido nas normas. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nas demonstrações contábeis foram arredondados para cima ou para baixo, conforme de outra forma especificado.

2.3. Alargamentos, estimativas e premios: O trabalho contábil envolve a preparação das políticas contábeis e a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.		
Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato. Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 14	
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Instrumentos financeiros	nº 3.7 e 17	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo do instrumento financeiros

(a) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pelo

transfêrencia de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presença de que a transação para vender o ativo ou transferir o ativo para o comprador é realizada no mercado principal ou em um mercado alternativo para o qual a transação é considerada vantajosa para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo aquelas com valor justo nível 3 com base no modelo de fluxo de caixa. Dono Financeiro, o responsável pela supervisão reversa regular, também deve observar significativamente e a data de avaliação e a natureza da transação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preço, é utilizada para mensurar valor justo. A equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das Normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser realizadas. As informações de terceiros são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** técnicas de avaliação para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 3:** técnicas de avaliação para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. As técnicas de avaliação para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos para ativos e passivos idênticos são as seguintes: **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixa e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável, e as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são classificadas como transferências na nota explicativa nº 17 – Instrumentos Financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.1.12 – Normas emitidas, mais adiante. **3.1. Receitas:** **3.1.1. Receita de venda:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle sobre o CFC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratuais. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura:** As receitas de infraestrutura que são os serviços de implementação e reforço das instalações de rede de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção e a melhoria das instalações de transmissão de rede de transmissão, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M):** A receita da O&M é a contrapartida pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas

para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: "Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa"; "Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis"; "O pré-pagamento e a prorrogação do prazo de vencimento com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante (por exemplo, baseado na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável por custos de liquidação ou acesso a recursos de liquidação, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como custos de liquidação e não afetam a avaliação de fluxo de caixa"; "Fluxos de caixa resultantes do reconhecimento inicial." (d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.			
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.			
Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.			
Instrumentos de dívida a VJORA Esses instrumentos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.			
Instrumentos patrimoniais a VJORA (e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados com base no tipo de instrumento. Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Quando sua derivate contida não é subsequentemente mensurada pelo custo amortizado, o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. 3.7.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação, tal fato deve estar imediatamente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua derivate contida não é subsequentemente mensurada pelo custo amortizado, o método de juros efetivos. Os resultados líquidos são reconhecidos no resultado. 3.7.4. Desreconhecimento: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida reconhecida no resultado. 3.7.5. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida reconhecida no resultado. 3.7.6. Distribuição de dividendos: A política de reconhecimento contábil de dividendos está em conformidade com a Resolução 1.911/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.912/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.913/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.914/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.915/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.916/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.917/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.918/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.919/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.920/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.921/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.922/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.923/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.924/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.925/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.926/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.927/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.928/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.929/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.930/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.931/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.932/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.933/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.934/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.935/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.936/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.937/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.938/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.939/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.940/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.941/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.942/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.943/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.944/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.945/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.946/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.947/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.948/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.949/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.950/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.951/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.952/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.953/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.954/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.955/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.956/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.957/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.958/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.959/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.960/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.961/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.962/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.963/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.964/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.965/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.966/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.967/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.968/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.969/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.970/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.971/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.972/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.973/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.974/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.975/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.976/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.977/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.978/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.979/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.980/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.981/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.982/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.983/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.984/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.985/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.986/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.987/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.988/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.989/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.990/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.991/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.992/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e a Resolução 1.993/2019, aprovada em 18 de maio de 2019, e			

varáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos para essas investidoras, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3); e (b) Referem-se às aplicações relativas à garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira é superior à do Índice de 31 de dezembro de 2022 equivale a 101,26% a.a. (102,07% a.a. em 31 de dezembro de 2021). 7. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:																																																																																																																																																																																																													
<table><tr><th rowspan="2">Empresas</th><th rowspan="2">Nota</th><th colspan="2">2022</th><th colspan="2">2021</th></tr><tr><th>Ativo (Passivo)</th><th>Efeito no resultado receita (Despesa)</th><th>Ativo (Passivo)</th><th>Efeito no resultado receita (Despesa)</th></tr><tr><td colspan="6">Contas a receber (RAP)</td></tr><tr><td colspan="6">Entidade é membro do mesmo grupo econômico</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.</td><td>(a)</td><td>141</td><td>1.235</td><td>155</td><td>979</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.</td><td>(a)</td><td>243</td><td>2.169</td><td>288</td><td>1.850</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.</td><td>(a)</td><td>111</td><td>1.003</td><td>135</td><td>867</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.</td><td>(a)</td><td>94</td><td>812</td><td>93</td><td>610</td></tr><tr><td>Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEDE</td><td>(a)</td><td>250</td><td>2.019</td><td>245</td><td>1.480</td></tr><tr><td>Companhia de eletricidade do Amapá (CEA)</td><td>(a)</td><td>15</td><td>184</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>CELG Distribuição S.A.</td><td>(a)</td><td>245</td><td>2.114</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>1.099</td><td>9.535</td><td>916</td><td>5.786</td></tr><tr><td colspan="6">Outras contas a pagar</td></tr><tr><td colspan="6">Entidade é membro do mesmo grupo econômico</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.</td><td>(b)</td><td>(97)</td><td>(367)</td><td>(107)</td><td>(349)</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.</td><td>(b)</td><td>(29)</td><td>(127)</td><td>(38)</td><td>(143)</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.</td><td>(b)</td><td>(27)</td><td>(53)</td><td>(14)</td><td>(39)</td></tr><tr><td>Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.</td><td>(b)</td><td>(11)</td><td>(2)</td><td>(2)</td><td>(38)</td></tr><tr><td>Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)</td><td>(b)</td><td>(2)</td><td>(2)</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Integração Transmissora de Energia S/A - INTESA</td><td>(b)</td><td>-</td><td>-</td><td>(1)</td><td>-</td></tr><tr><td colspan="6">Controladora direta</td></tr><tr><td>Equatorial Transmissão S.A.</td><td>(c)</td><td>-</td><td>(2.117)</td><td>(872)</td><td>(2.713)</td></tr><tr><td colspan="6">Controladora indireta</td></tr><tr><td>Equatorial Energia S.A.</td><td>(c)</td><td>(1.156)</td><td>(1.156)</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>(1.322)</td><td>(3.868)</td><td>(1.034)</td><td>(3.282)</td></tr><tr><td colspan="6">Precedores</td></tr><tr><td colspan="6">Entidade é membro do mesmo grupo econômico</td></tr><tr><td>Equatorial Serviços S.A.</td><td>(d)</td><td>(2)</td><td>(12)</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Instituto Equatorial</td><td>(e)</td><td>(371)</td><td>(371)</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>(373)</td><td>(383)</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td colspan="6">Dividendos a pagar</td></tr><tr><td>Equatorial Transmissão S.A.</td><td>(f)</td><td>(7.123)</td><td>-</td><td>(6)</td><td>-</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>(7.123)</td><td>-</td><td>(6)</td><td>-</td></tr></table>										Empresas	Nota	2022		2021		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Contas a receber (RAP)						Entidade é membro do mesmo grupo econômico						Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(a)	141	1.235	155	979	Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(a)	243	2.169	288	1.850	Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(a)	111	1.003	135	867	Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(a)	94	812	93	610	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEDE	(a)	250	2.019	245	1.480	Companhia de eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	15	184	-	-	CELG Distribuição S.A.	(a)	245	2.114	-	-	Total		1.099	9.535	916	5.786	Outras contas a pagar						Entidade é membro do mesmo grupo econômico						Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	(97)	(367)	(107)	(349)	Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(b)	(29)	(127)	(38)	(143)	Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(b)	(27)	(53)	(14)	(39)	Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(b)	(11)	(2)	(2)	(38)	Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(2)	(2)	-	-	Integração Transmissora de Energia S/A - INTESA	(b)	-	-	(1)	-	Controladora direta						Equatorial Transmissão S.A.	(c)	-	(2.117)	(872)	(2.713)	Controladora indireta						Equatorial Energia S.A.	(c)	(1.156)	(1.156)	-	-	Total		(1.322)	(3.868)	(1.034)	(3.282)	Precedores						Entidade é membro do mesmo grupo econômico						Equatorial Serviços S.A.	(d)	(2)	(12)	-	-	Instituto Equatorial	(e)	(371)	(371)	-	-	Total		(373)	(383)	-	-	Dividendos a pagar						Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(7.123)	-	(6)	-	Total		(7.123)	-	(6)	-
Empresas	Nota	2022		2021																																																																																																																																																																																																									
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)																																																																																																																																																																																																								
Contas a receber (RAP)																																																																																																																																																																																																													
Entidade é membro do mesmo grupo econômico																																																																																																																																																																																																													
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(a)	141	1.235	155	979																																																																																																																																																																																																								
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(a)	243	2.169	288	1.850																																																																																																																																																																																																								
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(a)	111	1.003	135	867																																																																																																																																																																																																								
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(a)	94	812	93	610																																																																																																																																																																																																								
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEDE	(a)	250	2.019	245	1.480																																																																																																																																																																																																								
Companhia de eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	15	184	-	-																																																																																																																																																																																																								
CELG Distribuição S.A.	(a)	245	2.114	-	-																																																																																																																																																																																																								
Total		1.099	9.535	916	5.786																																																																																																																																																																																																								
Outras contas a pagar																																																																																																																																																																																																													
Entidade é membro do mesmo grupo econômico																																																																																																																																																																																																													
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	(97)	(367)	(107)	(349)																																																																																																																																																																																																								
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(b)	(29)	(127)	(38)	(143)																																																																																																																																																																																																								
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(b)	(27)	(53)	(14)	(39)																																																																																																																																																																																																								
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(b)	(11)	(2)	(2)	(38)																																																																																																																																																																																																								
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(2)	(2)	-	-																																																																																																																																																																																																								
Integração Transmissora de Energia S/A - INTESA	(b)	-	-	(1)	-																																																																																																																																																																																																								
Controladora direta																																																																																																																																																																																																													
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	-	(2.117)	(872)	(2.713)																																																																																																																																																																																																								
Controladora indireta																																																																																																																																																																																																													
Equatorial Energia S.A.	(c)	(1.156)	(1.156)	-	-																																																																																																																																																																																																								
Total		(1.322)	(3.868)	(1.034)	(3.282)																																																																																																																																																																																																								
Precedores																																																																																																																																																																																																													
Entidade é membro do mesmo grupo econômico																																																																																																																																																																																																													
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(2)	(12)	-	-																																																																																																																																																																																																								
Instituto Equatorial	(e)	(371)	(371)	-	-																																																																																																																																																																																																								
Total		(373)	(383)	-	-																																																																																																																																																																																																								
Dividendos a pagar																																																																																																																																																																																																													
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(7.123)	-	(6)	-																																																																																																																																																																																																								
Total		(7.123)	-	(6)	-																																																																																																																																																																																																								
(a) Valores se referem a Receita Anual Permissão (RAP) futuras e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUSTU); (b) O saldo de contas a receber, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2019-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato de prestação de serviços estabelece em seu conteúdo o objetivo de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da AN																																																																																																																																																																																																													

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 6 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.173/0001-02

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A conciliação da despesa do imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada conforme a seguir:

	2022	2021		2022	2021
IRPJ	118.825	13.925	IRPJ	42.898	42.898
CSLL	25%	9%	CSLL	25%	9%
Alíquota fiscal [A]	29.556	10.676	Alíquota fiscal [A]	29.556	10.676
Adições:			Adições:		
Costo de construção – CPC 47	3.300	1.548	Costo de construção – CPC 47	44.201	15.913
Remuneração e RAP – Ativo de Contrato (a)	41.999	11.520	Remuneração e RAP – Ativo de Contrato (a)	23.522	8.467
Outras provisões	-	-	Outras provisões	-	-
Outras provisões permanentes	6	-	Outras provisões permanentes	-	-
Exclusões:			Exclusões:		
Receta de construção – CPC 47	(46.461)	(16.726)	Receta de construção – CPC 47	(74.795)	(26.926)
Outras provisões permanentes (Exclusões)	(56)	(20)	Outras provisões permanentes (Exclusões)	(24)	(24)
Costo de construção – CPC 47	(25)	(24)	Costo de construção – CPC 47	(74.819)	(26.926)
Total de exclusões [C]	(46.542)	(16.746)	Total de exclusões [C]	(74.819)	(26.926)
Compensações			Compensações		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL – realizados [D]	(5.832)	(2.099)	Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL – realizados [D]	(1.080)	(389)
Adições:			Adições:		
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(10.612)	-	IRPJ subvenção governamental (E) (b)	-	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	(2.971)	(4.899)	IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	(6.772)	(24.380)
(A+B+C+D+E)	(16.735)	(2.099)	(A+B+C+D+E)	(6.772)	(24.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(18.965)	(10.676)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	(18.965)	(10.676)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos no exercício	16%	9%	IRPJ e CSLL correntes e diferidos no exercício	16%	9%
Alíquota Efetiva			Alíquota Efetiva		

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da Lei 1.700/2017. (b) Vide nota 3.4.1. 10.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecimento no resultado	Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	Ativo líquido em 31 de dezembro de 2022	Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo fiscal	9.599	(5.832)	3.767	3.767	-
Base negativa de CSLL	3.455	(2.099)	1.356	1.356	-
Costo de construção – CPC 47	229.264	5.848	235.112	235.112	-
Remuneração e RAP	31.990	43.919	75.909	75.909	-
Receta de Construção – CPC 47	(463.515)	(63.717)	(527.232)	-	(527.232)
Total	(193.685)	(21.751)	(215.436)	316.266	(531.702)

10.1 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a reconhecer

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecimento no resultado	Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	Ativo líquido em 31 de dezembro de 2022	Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	17	-	17	17	-
Tributos relativos a antecipações de IR/CS	(682)	-	(682)	-	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.738	-	2.738	2.738	-
IRPJ e CSLL correntes no exercício	7.870	-	7.870	7.870	-
Tributos relativos a antecipações de IR/CS	(1.468)	-	(1.468)	-	(1.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.140	-	9.140	9.140	-

10.3 Expectativa de construção – Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2023, conforme demonstrado abaixo:

	2023	Total
Expectativa de realização	5.123	5.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	-	-

11. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2022	2021
Base de cálculo da receita		
Receta de implementação e melhoria de infraestrutura	19.206	119.483
Receta de ativos de contrato no exercício	163.743	163.875
Receta na realização dos ativos de contrato	(16.726)	(110.045)
PIS / COFINS sobre os saldos no exercício (9,25%) (i)	186.353	170.181
Amortização de PIS/COFINS (ii)	17.238	15.742
Saldo no início do exercício (iii)	(5.205)	(3.051)
Saldo no fim do exercício (iv)	123.392	121.559
Saldo no fim do exercício (i - ii + iii)	133.932	121.559
Circulante	5.501	-
Non circulante	127.891	121.559

(i) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na base de construção conforme recebimento da RAP. (ii) Amortização de PIS/COFINS (ii). (iii) Saldo no início do exercício. (iv) Saldo no fim do exercício.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2022	2021
Receta de implementação e melhoria de infraestrutura	19.206	119.483
Receta de ativos de contrato no exercício	163.743	163.875
Receta na realização dos ativos de contrato	(16.726)	(110.045)
PIS / COFINS sobre os saldos no exercício (9,25%) (i)	186.353	170.181
Amortização de PIS/COFINS (ii)	17.238	15.742
Saldo no início do exercício (iii)	(5.205)	(3.051)
Saldo no fim do exercício (iv)	123.392	121.559
Saldo no fim do exercício (i - ii + iii)	133.932	121.559
Circulante	5.501	-
Non circulante	127.891	121.559

(i) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na base de construção conforme recebimento da RAP. (ii) Amortização de PIS/COFINS (ii). (iii) Saldo no início do exercício. (iv) Saldo no fim do exercício.

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2022	2021
Receta de implementação e melhoria de infraestrutura	19.206	119.483
Receta de ativos de contrato no exercício	163.743	163.875
Receta na realização dos ativos de contrato	(16.726)	(110.045)
PIS / COFINS sobre os saldos no exercício (9,25%) (i)	186.353	170.181
Amortização de PIS/COFINS (ii)	17.238	15.742
Saldo no início do exercício (iii)	(5.205)	(3.051)
Saldo no fim do exercício (iv)	123.392	121.559
Saldo no fim do exercício (i - ii + iii)	133.932	121.559
Circulante	5.501	-
Non circulante	127.891	121.559

(i) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na base de construção conforme recebimento da RAP. (ii) Amortização de PIS/COFINS (ii). (iii) Saldo no início do exercício. (iv) Saldo no fim do exercício.

14. Receta operacional líquida:

Receta de implementação e melhoria de infraestrutura, operação, manutenção e outras

Receta de implementação e melhoria de infraestrutura (a)

Receta de Operação e Manutenção (a)

Outras receitas

Deduções

PIS/COFINS corrente

PIS/COFINS diferidos

Encargos do consumidor (b)

Receta de implementação e melhoria de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas

Receta de remuneração de ativo de contrato (c)

Remuneração de ativos de contrato

PIS/COFINS diferidos

Receta de remuneração de ativo de contrato, líquidas

Receta operacional líquida

(a) Redução da receta de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra e início da operação, consequentemente tem um aumento na receta de operação e manutenção; (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a Incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; (c) O Conselho de Administração aprova a redução da receta operacional líquida, que tem valor superior ao ano anterior devido ao aumento dos ativos de contrato. 14.1 Margens das originações de performance:

Implementação e melhoria de infraestrutura

Receta (liquida de PIS e COFINS diferidos)

Perda de margem pela realização (liquida de PIS e COFINS diferidos)

Custo

Margem percebida (%) (%)

Margem original no início do contrato (%)

Operação e manutenção

Receta

Custos de terceiros

Margem (RS)

Margem percebida (%) (%)

Margem original no início do contrato (%)

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurada para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiência ou ineficiência na construção) identificados ao longo da fase de construção. 15. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

Variação da margem dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)

Outros

Custo de construção

Custo de O&M

Outros custos

Despesas administrativas

Pessoal

Arrendamento e alugueis

Serviços de terceiros

Amortização de ativo intangível

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 6 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.173/0001-02

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.** (Equatorial 6 SPE S.A.) – Distrito Federal. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Equatorial 6 SPE S.A.) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial 6 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela demonstração contábil”. Somos independentes em relação à Equatorial 6 SPE S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela demonstração contábil”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Equatorial 6 SPE S.A. **Mensuração de ativos contratuais de transmissão:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2.2, a Equatorial 6 SPE S.A. avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Equatorial 6 SPE S.A. passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1285.982 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – “Receita de contrato com cliente que requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Equatorial 6 SPE S.A. em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucro esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Equatorial 6 SPE S.A. relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reflores e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes,

verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Equatorial 6 SPE S.A. para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado à taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e o orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de índices de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus anexos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Equatorial 6 SPE S.A. nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão de transmissão, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Equatorial 6 SPE S.A. e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Equatorial 6 SPE S.A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TEG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Equatorial 6 SPE S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Equatorial 6 SPE S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Equatorial 6 SPE S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Equatorial 6 SPE S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela demonstração das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúscio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Equatorial 6 SPE S.A. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Equatorial 6 SPE S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Equatorial 6 SPE S.A. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



EY
Building a better world

Fortaleza (CE), 29 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CNPJ 05.010421
Carlos Santos Mota Filho
CNPJ 20.020728/0

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 20/04/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jomal de
Brasília ou acesse o link:
jomaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

